

## **CONDIÇÕES GERAIS DA SOCIEDADE ANÔNIMA JB-STAGE BV DE MEPPEL. CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE NOORD-NEDERLAND**

### **1. Definições**

- Fornecedor: a sociedade anônima JB-Stage B.V.
- Cliente: a pessoa singular ou coletiva que mantém uma ou mais relações contratuais com o Fornecedor às quais se aplicam as presentes condições gerais, bem como aquele a quem o Fornecedor apresente uma proposta à qual se apliquem igualmente as presentes condições gerais.
- Outorgantes ou partes: Cliente e Fornecedor.
- Condições gerais: as presentes condições gerais.
- Contrato: o contrato celebrado entre o Cliente e o Fornecedor e do qual fazem parte as presentes Condições Gerais.
- Produto: tudo o que o Fornecedor forneça ao Cliente com base no Contrato e/ou apresente numa proposta.
- Serviços: tudo o que o Fornecedor preste ao Cliente com base no Contrato e/ou lhe apresente numa proposta, com exceção do Produto.
- Preço: a contraprestação em dinheiro que o Cliente tem de prestar ao Fornecedor com base no Contrato.
- Website: o website [www.JB-stage.nl](http://www.JB-stage.nl).

### **2. Aplicabilidade**

- 2.1 As condições gerais aplicam-se a todas as relações contratuais, incluindo embora não se limitando ao Contrato, tais como as que existam ou venham a existir entre Cliente e Fornecedor.
- 2.2 O Fornecedor aceita, em termos gerais, a eventual aplicabilidade das condições gerais subscritas pelo Cliente no presente caso e aceita, expressamente, o conteúdo das mesmas.
- 2.3 As disposições expressamente referidas no Contrato sobrepõem-se às disposições das Condições Gerais se e na medida em que as disposições forem contraditórias entre si.
- 2.4 O Cliente que já tenha celebrado com o Fornecedor um Contrato a que se apliquem ou tenham aplicado as Condições Gerais concorda em contrato(s) subsequente(s) com a aplicabilidade das Condições Gerais.
- 2.5 As disposições das Condições Gerais que, por tipo e/ou alcance, continuem a vigorar mesmo após cessação do Contrato permanecem nas relações jurídicas entre as partes e/ou na medida em que também vigorem no atinente ao Contrato.

### **3. Proposta**

- 3.1 Uma proposta do Fornecedor ao Cliente é vinculativa, em termos informais gerais, para o Fornecedor, salvo se o conteúdo da proposta indicar unívoca e expressamente o contrário.
- 3.2 Uma proposta do Fornecedor é válida durante três dias úteis após apresentação da mesma, a contar a partir da data que conste da proposta, inclusive.
- 3.3 No âmbito de uma proposta, os direitos e/ou a propriedade de todas as informações e/ou coisas enviadas ao Cliente continuam a ser do Fornecedor. O cliente não tem permissão para utilizar uma ou mais partes destas informações e/ou coisas, de qualquer modo que não o permitido pela proposta e/ou Contrato.
- 3.4 As medidas, pesos, cores, dados técnicos, textos, fotografias e quaisquer informações referidos pelo Fornecedor numa proposta, no Contrato e/ou no website são vinculativos, excluindo todos os outros. O Cliente pode, em termos gerais, obter direitos sobre essas informações. As divergências do Produto e/ou Serviço relativamente às referidas informações são admissíveis e implicam, geralmente, que o Fornecedor consequentemente não cumpra as obrigações decorrentes do Contrato, sempre salvo se as divergências razoavelmente, em tipo e/ou alcance, forem de tal forma grandes que não se possa esperar que o Fornecedor (ainda) cumpra as obrigações (principais) do Contrato. O Cliente não tem direito a reclamar nem outros direitos ao cumprimento e/ou compensação por danos, na sequência dessas divergências em relação às informações fornecidas pelo Fornecedor.

### **4. Contrato/ concretização**

- 4.1 Um Contrato entre as partes apenas começa a vigorar se e no momento em que o Cliente aceite por escrito uma proposta ou outro tipo de oferta do Fornecedor, mediante assinatura, ou por outra forma de confirmação.
- 4.2 Ao contrário do disposto no art. 4.1 das Condições Gerais, entra igualmente em vigor um Contrato entre as Partes no momento em que o Fornecedor toma conhecimento, pelo Cliente, de forma inequívoca de que o Cliente aceita a proposta do Fornecedor.
- 4.3 O conteúdo do Contrato é exclusivamente regido pelas condições expressamente acordadas, por escrito ou por correio, ao abrigo das quais se celebrou o Contrato, incluindo as Condições Gerais.

- 4.4 Quaisquer aditamentos, adaptações, promessas, pretensões ou outras condições que o Cliente defenda fazerem parte do Contrato, não o fazem expressamente, salvo se resultarem expressamente do conteúdo do Contrato, nos termos do art. 4.3 das Condições Gerais.
- 4.5 O Cliente, no âmbito da execução do Contrato, não pode fazer decorrer direitos de declarações de funcionários do Fornecedor ou de terceiros, se esses funcionários ou fornecedores não possam legalmente agir em vez ou em nome do Fornecedor.
- 4.6 O Fornecedor pode sempre permitir que terceiros cumpram uma ou várias partes das suas obrigações do Contrato, sendo que nesse caso o Fornecedor, enquanto contraparte do Cliente, é responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato para com o Cliente.
- 4.7 Se e na medida em que o Fornecedor efetue alterações ao Produto para melhoria do mesmo ou por essas alterações serem obrigatórias por imposições legislativas ou regulamentares, o Fornecedor pode sempre efetuá-las. O Cliente pode, de um modo geral, fazer decorrer direitos dessas alterações face ao Fornecedor.
- 4.8 O Fornecedor reserva-se o direito de fornecer o Produto em partes, contanto que tal seja razoavelmente possível. Se o Fornecedor assim fizer, tal não conduzirá nunca a qualquer responsabilidade do Fornecedor, nem a falhas (de responsabilidade) por parte do Fornecedor.

## 5. Risco/ seguro

- 5.1 O risco do Produto transfere-se para o Cliente no momento em que o Cliente fica com o Produto à sua disposição. Ou seja, quando o Cliente obtém a posse efetiva do Produto.
- 5.2 Como exceção ao disposto no art. 5.1, no caso de o Fornecedor, ao abrigo do disposto no Contrato, assegurar o transporte do Produto para e/ou em nome do Cliente, o risco do Produto transfere-se para o Cliente no momento em que o transporte se inicia. O Cliente está ciente de que tem de assegurar os devidos seguros para o Produto nesse contexto.
- 5.3 O Fornecedor contratou um seguro de responsabilidade usual para empresas. Caso o Cliente pretenda conhecer a cobertura desse seguro, deverá contactar o Fornecedor. Neste seguro de responsabilidade para empresas não estão necessariamente cobertos todos os riscos de danos na sequência da utilização do Produto. O Cliente está obrigado, a partir do momento em que assume o risco do Produto e/ou recebe a posse do Produto (por força do Contrato ou por outra via), a assegurar seguro suficiente para os riscos de danos decorrentes da utilização do Produto, corridos pelo Cliente ou por terceiros, independentemente de serem danos materiais, danos pessoais, danos emergentes, lucros cessantes ou outros danos.

## 6. Incumprimento/ reclamações

- 6.1 Após receção do Produto fornecido e no prazo máximo de 24 horas, o Cliente tem de verificar, sob todas as perspectivas, se existem eventuais falhas, avarias ou danos no Produto, que possam indicar ao Cliente que o Fornecedor possa não ter cumprido as suas obrigações, incumprimento esse que confere ao Cliente nessa situação o direito de agir contra o Fornecedor.
- 6.2 O Fornecedor nunca pode ser responsabilizado por falhas no Produto que ele desconhecesse e/ou não devesse conhecer.
- 6.3 Sem prejuízo das obrigações acordadas do Cliente, plasmadas no último número do presente artigo, refutam-se todas as exigências de qualquer tipo e/ou alcance do Cliente relacionadas e/ou em consequência de um incumprimento determinado, em todo o caso depois de decorridos sete dias após constatação da falha, avaria ou dano o Cliente não tiver comunicado ao Fornecedor, por escrito, com uma descrição clara do problema verificado.
- 6.4 Desvios mínimos e/ou impossíveis de evitar do Produto nunca constituem motivo para reclamação.
- 6.5 Se e na medida em que o Cliente reclame, de forma adequada, e se o Cliente não se tiver escusado ao cumprimento do disposto no art. 6.1, 6.3 e/ou 6.4, o Fornecedor tem o direito de optar, discricionariamente, ainda pelo cumprimento ou por creditar ao Cliente parte do preço, razoavelmente em consonância com a parte do Contrato a que concerne a reclamação, sem prejuízo de outros direitos do Fornecedor.

## 7. Preço/ pagamento

- 7.1 O Cliente tem de pagar o Preço acordado, pela forma acordada e indicada na fatura, considerando qualquer direito a descontos, liquidações, adiamentos ou qualquer outro direito a um pagamento não completo e/ou não atempado.
- 7.2 Apenas se pode falar de quitação do pagamento pelo Cliente no momento em que o Fornecedor tiver recebido o pagamento pela forma que tenha indicado.
- 7.3 O Fornecedor determina um prazo de pagamento de duas semanas ou outro, desde que o indique na fatura.
- 7.4 Se o Cliente não proceder ao pagamento nos termos do art. 7.1/ 7.2 das Condições Gerais, o Cliente entra em mora legal, sem que seja necessária advertência da mora ao Cliente pelo Fornecedor.
- 7.5 O Preço nunca inclui IVA ou outros impostos ou taxas governamentais ou outros, direitos de importação, custos de encomenda, embalagem e/ou carga e descarga e expedições, ou ainda quaisquer outros custos (externos) similares.

- 7.6 Qualquer aumento de (fatores de) custos que influenciem o Preço do Fornecedor, como por exemplo aumento de impostos ou taxas, tarifas (de expedição), custos de material, etc., pode ser legalmente imputado ao Cliente. Exclusivamente em caso de tal acontecer no prazo de dois meses após celebração do Contrato e no caso de o aumento ser superior a 5% do Preço o Cliente pode resolver o Contrato.
- 7.7 No caso de o Cliente não efetuar o pagamento completo e/ou atempado, incorre em juros de mora mensais à taxa de 1,5%, a calcular sobre o valor total em dívida, sendo que uma parte do mês conta como um mês completo, sempre sem prejuízo do direito do Fornecedor de recuperar os respetivos danos junto do Cliente se esses danos forem superiores aos 1,5% mensais atrás referidos.
- 7.8 Para além do disposto no art. 7.7, o Cliente tem de pagar ao Fornecedor todas as despesas judiciais e extrajudiciais em que o Fornecedor tenha de, razoavelmente, incorrer relacionadas com a cobrança do valor em dívida. Se, num procedimento judicial, não obstante o disposto neste artigo, a instância judicial não atribuir ao Fornecedor a compensação integral pelas custas processuais (inc. honorários de advogados) em que este tenha incorrido, tal não implica que o Fornecedor, com base neste artigo em especial e com a concordância prévia do Cliente, perca o direito à compensação pelo total dos custos, ou seja, o Fornecedor mantém o direito de exigir ao Cliente o pagamento da totalidade dos custos.
- 7.9 No caso de o Cliente, por qualquer motivo, não pagar ao Fornecedor o que lhe deve por força do Contrato, o Cliente será obrigado, à discricionariedade do Fornecedor, a prestar garantias pelo valor em dívida ao Fornecedor.
- 7.10 O Cliente compensa o Fornecedor por todos os danos que o Fornecedor sofra no âmbito da faturação e tudo o relacionado com informações incorretas ou em falta do Cliente, bem como os danos que sejam consequência do incumprimento por parte do cliente de obrigações (administrativas) governamentais ou outras, sempre no sentido mais lato dos termos.
8. Obrigações do Cliente
- 8.1 O Cliente aceita o facto de a utilização do Produto poder acarretar riscos. Assim, o Cliente está obrigado a utilizar o Produto da forma que o Fornecedor indicar e prescrever. O Cliente está sempre obrigado a seguir rigorosamente as instruções do Fornecedor, incluindo em especial as instruções escritas entregues pelo Fornecedor ao Cliente, ainda que como anexo ou qualquer outra forma. A não-utilização do Produto da forma prescrita impede o Cliente de pedir qualquer compensação por danos.
9. Direito de propriedade/ insolvência
- 9.1 A propriedade de um Produto adquirido pelo Cliente apenas passa para o Cliente quando este tiver efetuado a totalidade do pagamento ao Fornecedor.
- 9.2 Até ao momento da transmissão de propriedade para o Cliente, o Cliente deve lidar com o Produto, caso já lhe tenha sido entregue, com a diligência de um bom pai de família.
- 9.3 No caso de a propriedade do Produto ainda não ter sido transferida para o Cliente, o Fornecedor mantém sempre o direito de recolher o Produto, independentemente do motivo invocado. Assim, o Cliente é obrigado a devolver o Produto ao Fornecedor, assim que este o solicite.
- 9.4 No caso de a propriedade do Produto ainda não ter sido transferida para o Cliente e ser requerida a insolvência do Cliente, o Cliente é obrigado a comunicar esse facto ao Fornecedor, por escrito, através de carta registada. Nesse caso, o Fornecedor tem o direito de recolher de imediato o Produto e de resolver de imediato o Contrato, tudo isto sem que assista ao Cliente qualquer direito a compensação por danos ou a invocar o incumprimento.
- 9.5 Em caso de insolvência do Cliente ou caso entre em mora ou se se lhe aplicar a lei neerlandesa do cancelamento de dívidas de pessoas singulares (*wet schuldsanering natuurlijke personen*), contanto que a propriedade do Produto ainda não tenha sido transferida para o Cliente, o Fornecedor terá o direito de exigir imediatamente a devolução do Produto e a resolver o Contrato. Nesse caso, o Fornecedor assume a responsabilidade em termos gerais por quais danos.
10. (Prazos de) Entrega
- 10.1 Todos os prazos de entrega indicados pelo Fornecedor são meramente indicativos, salvo se tiver sido expressamente acordado entre Cliente e Fornecedor que o prazo de entrega é mandatório.
- 10.2 Os prazos de entrega acordados apenas começam a ser contados depois de o Cliente ter prestado ao Fornecedor todas as informações exigidas pela execução do Contrato e/ou depois de o Fornecedor ter visto cumpridas todas as condições necessárias à execução do Contrato, tais como as licenças necessárias, dados, documentos, materiais fornecidos, etc. (embora não se limitando a estes).
- 10.3 Um prazo de entrega apenas começa a ser contado depois de o Fornecedor ter recebido do Cliente o pagamento ou adiantamento acordado.
- 10.4 O Cliente renuncia a qualquer direito a compensação por danos relacionados com o facto de um prazo de entrega ter sido ultrapassado pelo Fornecedor.
- 10.5 Os prazos de entrega nunca são fatalmente determinantes. Qualquer incumprimento do Fornecedor relacionado com uma ultrapassagem do prazo de entrega alegada pelo Cliente apenas pode ser tido em

linha de conta depois de o Cliente ter informado o Fornecedor por carta registada ou notificação através de oficial de diligências e de o Fornecedor ter definido um prazo mínimo de duas semanas e incumprir a entrega nesse prazo.

- 10.6 Se e na medida em que a entrega do Produto pelo Fornecedor e/ou a favor do Cliente for em alguma medida e/ou por qualquer razão impedida e/ou atrasada pela ação e/ou negligência (colocada na esfera de risco) do Cliente, o Cliente será responsável por qualquer dano (de armazenamento/ guarda/ transporte e/ou outro) que o Fornecedor venha daí a sofrer.

11. Responsabilidade/ exoneração

- 11.1 Qualquer responsabilidade do Fornecedor se limita aos danos materiais diretos, cobertos pela seguradora do Fornecedor e que sejam resultado de uma avaria demonstrável no Produto ou de dolo e/ou negligência grosseira do Fornecedor.
- 11.2 Em todos os casos, exclui-se a responsabilidade do Fornecedor por danos causados pela ação e/ou negligência de pessoal auxiliar do Fornecedor
- 11.3 Nos casos em que a seguradora do Fornecedor não cubra os danos exigidos pelo Fornecedor e o Fornecedor seja, ainda assim, condenado por uma instância judicial, ou outra, a indemnizar por esses danos, a obrigação de indemnização por danos do Fornecedor limitar-se-á sempre a um valor igual ao preço que o Cliente deve(ria) pagar ao Fornecedor, ao abrigo do Contrato/ Produto, ao qual concerne o dano.
- 11.4 Qualquer direito a indemnização por danos do Cliente cessa se o Cliente não tiver cumprido o disposto no Contrato/ nas Condições Gerais/ nas instruções do Fornecedor (incluindo as informações referidas no art. 13.2 das Condições Gerais) sobre a utilização do Produto e se for provável que esta negligência tenha sido a causa, total ou parcialmente, do dano.
- 11.5 Qualquer responsabilidade e/ou direito a indemnização por danos do Cliente cessa depois de decorridos seis meses após constatação do facto que originou o dano se o Cliente não tiver contactado o Fornecedor nesse período sobre este dano.
- 11.6 O Cliente libera o Fornecedor de qualquer responsabilidade por danos sofridos por terceiros e causados por ou relacionados com o Produto. Se e na medida em que terceiro(s) considerem (legitimamente) o Fornecedor responsável por um dano, o Cliente, assim que solicitado pelo Fornecedor, tem de prestar garantias ao Fornecedor, à discricionariedade do Fornecedor, incluindo uma garantia bancário, embora não se limitando a este tipo de garantia.

12. Direitos de propriedade intelectual

- 12.1 O Fornecedor envidará todos os esforços para evitar que o Produto viole, de qualquer modo, direitos de propriedade intelectual de terceiros. O Fornecedor jamais será responsável por danos, sejam do tipo e/ou alcance que forem, reclamados por terceiros junto do Cliente, como consequência e/ou relacionados com o facto de o Produto estar na posse do Cliente e este violar direitos desse(s) terceiro(s).
- 12.2 Em caso algum o Fornecedor transfere direitos de propriedade intelectual relacionados com o Produto para o Cliente. O fornecimento é exclusivamente do Produto e confere ao Cliente exclusivamente um direito de utilização que permite ao Cliente operar o Produto. O Cliente garante que os direitos de propriedade intelectual do Fornecedor, relacionados com o Produto, são sempre respeitados.
- 12.3 Se e na medida em que entre o Cliente e o Fornecedor tenha sido celebrado um Contrato segundo o qual o Fornecedor esteja obrigado a entregar ao Cliente um Produto específico (trabalho), o Cliente garante que as características solicitadas no Produto não violam direitos de propriedade intelectual de terceiros. O Cliente exonera o Fornecedor de qualquer responsabilidade neste âmbito.

13. Garantias

- 13.1 O Fornecedor dá garantia (sem prejuízo do disposto no art. 13.2 a 13.5 inclusive) quanto a defeitos de material e/ou de fabrico do Produto pelo prazo de um ano após a entrega do Produto ao Cliente.
- 13.2 Qualquer direito à garantia cessa se o Cliente tiver usado o produto de forma irracional e/ou descuidada e/ou se o Cliente não tiver utilizado o Produto conforme indicado na documentação/informação que o Fornecedor tiver entregado (aquando do fornecimento ou noutra altura) ao Cliente, incluindo expressamente as informações patentes e consultáveis no website.
- 13.3 Qualquer direito da garantia cessa igualmente se surgirem avarias em consequência do desgaste normal, bem como em consequência da intervenção de terceiros, chamados pelo Cliente, na instalação, manutenção, reparação ou qualquer outra intervenção de terceiros no Produto.
- 13.4 A garantia que o Fornecedor concede por um produto que não tenha sido (totalmente) fabricado pelo Fornecedor limita-se, em todos os casos, à garantia que seja concedida por esse(s) terceiro(s) fabricante(s) ao Fornecedor.
- 13.5 Todo e qualquer direito do Cliente à garantia cessa se o Cliente não tiver cumprido a sua obrigação de pagamento para com o Fornecedor.

- 13.6 Se o Fornecedor tiver de responder pela garantia dada ao Cliente, o Fornecedor pode optar entre reparar a avaria ou creditar ao Cliente (parte d) o Preço, razoavelmente acordado considerando a avaria, sempre sem prejuízo dos demais direitos do Fornecedor.
- 13.7 Os direitos de garantia são sempre "ex works" nas instalações do Fornecedor em Meppel, Países Baixos.
- 13.8 Em caso de o Cliente invocar a garantia, o próprio cliente tem de assegurar a entrega e recolha do Produto em questão nas instalações do Fornecedor em Meppel, Países Baixos. Eventuais custos de expedição serão suportados pelo próprio Cliente.
- 13.9 Não obstante o disposto no artigo 13.1, o Fornecedor concede 4 anos de garantia extra por defeitos de fabrico das costuras em insufláveis novos de trampolim, circuito e escorrega, contanto que o Cliente os utilize consoante a época e tendo em consideração o disposto no artigo 13.2. Estão excluídas desta garantia extra empresas e instituições que utilizem os produtos (quase) diariamente, como por ex. parques de diversões de interior.
14. Disposições gerais
- 14.1 Se e na medida em que alguma disposição das Condições Gerais não possa vigorar por nulidade, anulabilidade, desvalor jurídico ou outra, aquilo que for regulado por essa disposição será dirimido pelas Partes, na medida do possível, dentro do espírito da referida disposição.
- 14.2 Os títulos que antecedem os artigos nas Condições Gerais têm uma função meramente descritiva.
- 14.3 Se as Condições Gerais contiverem disposições relativas à entrega de um Produto, vigorarão as disposições se e na medida em que forem possíveis, se o Fornecedor prestar um ou mais Serviços ao Cliente, ao abrigo do Contrato celebrado.
- 14.4 Todos os litígios decorrentes e/ou relacionados com o Contrato serão exclusivamente dirimidos pelo direito neerlandês e com exclusão de todos os outros perante o Tribunal de Noord-Nederland, em Zwolle.
- 

*Apenas a versão neerlandesa das Condições Gerais é vinculativa. Em caso de inconsistência ou conflito entre a versão neerlandesa e alguma tradução ou versão destas Condições Gerais noutro idioma, prevalecerá a versão neerlandesa.*